**O NÃO LUGAR DAS MULHERES RACIALIZADAS: RACISMO E MISOGINIA NA TRAJETÓRIA E PRÁTICA DOCENTE NOS CURSOS DE JORNALISMO NA AMAZÔNIA**

**Janaina Lopes de AMORIM – PPGCOM/UFPA[[1]](#footnote-1)**

**Rosaly de Seixas BRITO - PPGCOM/UFPA[[2]](#footnote-2)**

**Thaisa BUENO – PPGCOM/UFMA[[3]](#footnote-3)**

**RESUMO**

Este trabalho analisa as intersecções de raça e gênero na trajetória de cinco professoras que atuam em cursos de jornalismo na Amazônia, com objetivo de identificar as formas mais comuns de materialização das violências. A coleta e análise dos dados foram realizadas por meio da Hermenêutica em Profundidade. As manifestações discriminatórias se revelam em formas sutis e institucionais, sendo elas: questionamento da competência e da postura, invalidação do trabalho, pouca representatividade em cargos altos, objetificação, cobrança para conformar-se a um padrão estético eurocêntrico, isolamento social e falta de apoio. Entendemos que essas opressões são decorrentes de um projeto colonial de poder viabilizado por meio de mecanismos políticos, econômicos e relações cotidianas, sustentado por uma estrutura social (Almeida, 2019; Lugones, 2014; Quijano, 2005). Entre as conclusões da pesquisa está que as opressões frequentemente mascaradas por discursos da objetividade e racionalidade perpetuam a exclusão e a marginalização das mulheres racializadas, resultando em sobrecarga de trabalho e desgaste emocional.

**Palavras-chave:** Racismo; Misoginia; Mulheres racializadas; Docência

**1. INTRODUÇÃO**

Este artigo examina como as intersecções de raça e gênero marcam a trajetória das mulheres docentes nos cursos de jornalismo na Amazônia. Mesmo que o foco da análise seja à docência, entendemos que esses atravessamentos abrangem toda a sua trajetória, muito antes do ingresso, condições de entrada, progressão na carreira acadêmica até as dinâmicas cotidianas dentro da universidade. As manifestações discriminatórias se revelam em formas sutis e institucionais, como questionamento da competência, da postura e/ou invalidação do trabalho, pouca representatividade em cargos altos, objetificação, na pressão para seguir um padrão estético eurocêntrico, isolamento social e falta de apoio que vai desde o acesso a condições para a produção. Opressões frequentemente mascaradas por discursos da objetividade e racionalidade.

O estudo se fundamenta nas epistemologias negra e feminista, especialmente no contexto decolonial, abordagens que permitem questionar e transformar as práticas, métodos e teorias tradicionais que, historicamente, tendem a reproduzir desigualdades. A partir de Patrícia Collins (2000), Margareth Rago (2019) e Donna Haraway (1995), destaca-se a importância de um projeto feminista da ciência e a valorização das subjetividades e dos diversos saberes.

Em relação ao aporte teórico-metodológico, recorremos à hermenêutica em profundidade, por ser centrada na linguagem humana, na interpretação, bem como nas formas simbólicas, que são o que movem os sentidos no meio social (Thompson, 2011). A pesquisa envolveu entrevistas semi-estruturadas com cinco professoras, cada uma atuante em diferentes campi da região. A seleção das interlocutoras foi baseada em critérios relacionados à interseccionalidade, considerando as múltiplas opressões. Entre os apontamentos identificados, destacam a complexidade das experiências das mulheres docentes na Amazônia e a necessidade de um olhar crítico sobre as estruturas que perpetuam as discriminações de gênero e raça.

**2. EMOCIONAIS, IRRACIONAIS E INSUBORDINADAS: os rótulos e as demais materialização do racismo e misoginia na trajetória feminina e na prática docente**

Esta pesquisa se debruça sobre as narrativas de mulheres racializadas na docência na área de jornalismo e sobre suas trajetórias em uma perspectiva interseccional, buscando compreender as interações entre as múltiplas formas de subalternização como de raça, gênero, etnia, território e classe (Gonzalez, 1984;  Davis, 2016; Crenshaw, 1991, Collins, 2020).  Esses atravessamentos decorrem da construção social e econômica vigente e incidem sobre a percepção que têm de si e do mundo. Interferem ainda na forma e na qualidade de acesso a direitos básicos, como a educação, que neste caso, é essencial para que elas ocupem esses espaços.

Partindo da Hermenêutica em Profundidade como metodologia de coleta e análise, identificamos que apesar de estarem em um ambiente acadêmico que deveria promover igualdade, as professoras enfrentam desafios que vão além do sexismo, sendo também alvo de racismo institucional, que as invisibiliza e limita seu acesso a cargos de poder. Inclusive o acesso a cargos de decisão esteve entre uma das principais formas de racismo apontadas pelas interlocutoras, conforme a tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Como o racismo se manifesta** | **Quantas interlocutoras apontaram** |
| Questionamento da competência, da postura e/ou invalidação do trabalho | 4 |
| Pouca representatividade em cargos altos | 4 |
| Objetificação | 2 |
| Cobrança Estética | 2 |
| Isolamento Social | 1 |
| Falta de apoio | 1 |
| Sobrecarga com atividades de cuidado | 4 |

Cabe reforçar que essa materialização se caracteriza como racismo institucional, mas como é baseada em uma estrutura mais ampla, também é estrutural. As manifestações de racismo mais comuns foram o questionamento da competência ou invalidação do trabalho e a pouca representatividade em cargos de alto escalão presente na fala de quatro das entrevistadas. Seguido da objetificação das mulheres e cobrança estética mencionada mencionados por duas mulheres. Isolamento social e falta de apoio foi citado em duas entrevistas. Em relação a sobrecarga com atividades de cuidado, como atividades doméstica e com os filhos, embora seja mais comum associar ao gênero, resolvemos considerar partindo do pressuposto de que isso pode se entrelaçar com o racismo devido a associação de que as racializadas comumente são vistas como "naturalmente" mais aptas ou responsáveis por esses papeis.

A pesquisa identificou ainda rótulos atribuídos a elas, principalmente em momentos de enfrentamentos, como loucas, insubordinadas ou emocionais, uma tentativa de descredibilização. Para Grada Kilomba (2019), essas são classificações que denotam uma relação de poder que hierarquiza o conhecimento em que o branco é considerado supremo e inquestionável e os demais rejeitados, subalternizados e colocados em uma posição de outridade, sob uma justificativa de neutralidade ou de uma ciência credível. Assim, quando os saberes negros são questionados desta forma, há uma construção de uma ideia de impropriedade dos corpos negros, como se eles não pudessem pertencer ao espaço científico, mas somente a espaços à margem (Kilomba, 2019).

Esse comportamento reforça estereótipos de gênero ou raça, como a ideia de que mulheres são mais emocionais, como se isso as desqualificasse. Ou ainda menos racionais, o que levanta alguns questionamentos: de que racionalidade estamos falando? Porque a racionalidade é atrelada ao masculino? O que se percebe é uma lógica acadêmica, além de masculina, também é racista e que continua usando a ideia de racionalidade para mascarar preconceitos, calçados em um modelo binário e que hierarquiza grupos sociais (Lugones, 2014).

A estrutura de poder masculina e racista da academia impõe uma sobrecarga emocional e psicológica às mulheres. As "micro hostilidades" mencionadas pelas interlocutoras – são menos diretas e por isso são mais difíceis de serem contestadas. Elas funcionam como mecanismos de controle simbólico, reforçando a ideia de que certos espaços não pertencem às mulheres. Essa sutileza acaba colaborando para a naturalização das discriminações, que passam a ser cada vez mais incorporadas ao cotidiano e vistas como "normais". O esforço a mais contínuo exercido só pelas mulheres também mostra a dinâmica desigual destes espaços.

Soma-se a isso a inexistência de medidas efetivas de combate e prevenção a situações como essas, como estabelecimento de normas claras, a falta de canais específicos de denúncia e acolhimento, tratamento das denúncias que tornam o ambiente propício para estas violências e também são expressões da naturalização. Isso também reforça a solidão das vítimas, o que pode ser um reflexo dessas ações das vítimas de se esforçarem mais, que apesar de ser uma ação de resistência no intuito de se manterem nesses espaços e conquistar o respeito dos pares, sobrecarrega que tem cunho individual (Rodrigues, Freitas, 2014).

Cabe pontuar que as assimetrias que serão apresentadas pelas interlocutoras desta pesquisa provavelmente não se constituem como novidades e que para chegar à docência no ensino superior é necessária uma trajetória educacional longa, estas mulheres rompem com um lugar de subalternidade imposto socialmente, onde elas normalmente ficam relegadas a papéis de menor prestígio (Hirata, 2014). Ao romper com este lugar, elas se encaixam no que Daniela Auad e  Claudia  Lahn (2021, p. 2) chamam de “mulheres que não se localizam e não são localizadas” para se referir àquelas que rompem com as imposições e expectativas sociais, que ressignificam trajetórias e que “ao existirem em suas espacialidades, promovem justiças epistêmicas e acadêmicas”. Por isso, compreender o caminho trilhado por estas profissionais engloba um exercício básico do jornalismo, o de contar histórias, que além do simples ato de narrar, inclui o ato de demarcar um lugar de fala (Costa, Nunes, Costa, 2022). É uma forma de entender estas mulheres e suas narrativas como lócus de comunicação e reconhecer suas experiências como uma forma de conhecimento (Moraes, Farias, 2018).

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As universidades, sobretudo as públicas, são administradas por outros professores. Portanto, por pares e não por patrões, gerentes. Tanto as decisões quanto as regras são articuladas coletivamente, por colegiados. Em teoria, são ambientes com mais abertura para negociação e com mais vozes que atuam e interferem na sua forma e configuração. No entanto, o que percebemos foi um espaço, como os demais espaços sociais, com estruturas que de alguma forma reproduzem as opressões de gênero, raça e as desigualdades sociais.

Os apontamentos deste estudo reforçam a compreensão de que o racismo e a misoginia operam de maneira profunda e estrutural na trajetória das mulheres racializadas que atuam como professoras nos cursos de jornalismo na Amazônia. Identificamos que essas opressões são materializadas por meio de práticas institucionais e culturais que perpetuam a exclusão e a desvalorização dessas profissionais, muitas vezes mascaradas com a ideia de objetividade e racionalidade.

O constante questionamento de suas capacidades, a falta de representatividade em cargos de liderança e a sobrecarga com atividades de cuidado são exemplos das diversas formas de discriminação enfrentadas por essas mulheres. Esses desafios resultam na criação de barreiras, de "não lugares" - espaços onde, apesar de presentes, elas são sistematicamente invisibilizadas ou invalidadas.

A pesquisa aponta ainda para a necessidade de ações efetivas para romper com as barreiras que estas professoras enfrentam, com adoção de medidas que promovam a equidade racial e de gênero, assegurando que essas mulheres tenham as mesmas oportunidades de ascensão e reconhecimento que seus pares.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Topografias Feministas: uma teoria das mulheres em movimento. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, v. 29, p. 1-6, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowermen. Routledge: Nova York, 2000

COSTA, Alda Cristina; NUNES, Paulo; TORRES COSTA, Vânia Maria. "Narrar a partir da Amazônia: nosso ser e estar nas narrativas do mundo". In: **Narr'amazônia: modos de ser e estar no mundo**, organizado por Alda Cristina Costa, Paulo Nunes e Vânia Maria Torres Costa. Belém: Folheando, 2022, p.  35 a 54.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-eviolencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 5 set. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu,** Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 5 set. 2024.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo decolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2014.

MORAES, Andrea, FARIAS, Patrícia Silveira. Na academia. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RODRIGUES, Míriam; FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral nas instituições de ensino superior: um estudo sobre as condições organizacionais que favorecem sua ocorrência. **Cadernos EBAPE.BR,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 284–301, abr./jun. 2014.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

1. Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mestra em Comunicação pelo Programa de PósGraduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (PPGCOM/UFMA-Campus Imperatriz). Jornalista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Orcid: http://orcid.org/0000-0003-1190-2547. E-mail: jannaina.amorim@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora associada da Faculdade de Comunicação (FACOM) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Sociais, área de concentração em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É uma das líderes do grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7102-0293. E-mail: rosalysbrito@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Professora adjunta de Jornalismo na pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Campus Imperatriz). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e mestra em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Jornalista pela mesma instituição. Orcid: http://orcid.org/0000-0002-7048-3920 E-mail: thaisabu@gmail.com. [↑](#footnote-ref-3)